SUMÁRIO EXECUTIVO

FISCALIZAÇÃO DE OBRA DE RESTAURAÇÃO DA RODOVIA GO-070

Objeto da fiscalização

O objeto da fiscalização foram os serviços de restauração da rodovia GO-070, trecho: Itapirapuã / Matrinchã, com 55,54 km de extensão, executados no âmbito do Contrato nº 16/2024-GOINFRA, firmado entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes e o Consórcio PAV-4, constituído pelas empresas BTB Construções e Participações LTDA (líder do consórcio), CNPJ nº 28.526.652/0001-83; Meta Serviços e Projetos LTDA, CNPJ nº 01.814.174/0001-50; Aliança Engenharia LTDA, CNPJ nº 49.744.486/0001-61; e ENAPA – Empresa Nacional de Pavimentação LTDA, CNPJ nº 09.264.925/0001-14, com valor inicial de R$ 48.528.522,94.

Objetivo da fiscalização

O objetivo do trabalho foi avaliar a execução contratual, em referência aos serviços de restauração rodoviária da GO-070, trecho Itapirapuã / Matrinchã, no que tange à aderência aos preços de referência, quantitativos medidos, aspectos qualitativos e especificações técnicas da GOINFRA.

Período de abrangência

A fiscalização abarcou os serviços liquidados entre agosto/2024 e março/2025, concernentes às medições nº 01 a 08 do Contrato nº 16/2024.

Principais achados do TCE-GO

a. Execução de CBUQ com teor de betume significativamente abaixo do estipulado em projeto;
b. Manifestações patológicas precoces em serviços executados;
c. Deficiências nos dispositivos de drenagem;
d. Concessão indevida de reajustamento.

Benefícios esperados

A inspeção resultou no seguinte benefício das ações de controle externo:
• Benefício quantitativo financeiro, em caso de glosa/recolhimento do valor superfaturado de R$ 1.653.616,00, por medição de quantidades do material betuminoso (CAP) acima das executadas.

Benefícios efetivado

Benefício quantitativo financeiro de R$ 4.744.696,73, em decorrência da anulação de reajustes “uniformização de data-base" concedidos sem amparo legal.

Acórdãos

Acórdão nº 2576/2026 .
Processo: 202500047000851.
Relatoria: Conselheiro Kennedy de Sousa Trindade.

Disponível para consulta pública em:
https://www.tce.go.gov.br/ConsultaProcesso?proc=373636